

Análise do esporte na política universitária de assistência estudantil na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB

Analysis of sports in the university policy for student assistance at the Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB

 Pablo Rogério da Silva Vieira  Pedro Fernando Avalone Athayde

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil

HISTÓRICO DO ARTIGO

Recebido: 25 fevereiro 2023

Revisado: 06 abril 2023

Aprovado: 12 abril 2023

PALAVRAS-CHAVE:

Esporte Universitário;
Política de Assistência Estudantil;
Política Esportiva.

KEYWORDS:

University Sport;
Student Assistance Policy;
Sports Policy.

PUBLICADO:

24 abril 2023

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este artigo tem como objeto de investigação o esporte dentro da política de assistência estudantil de uma recente universidade pública brasileira, observando as particularidades inerentes ao seu processo de desenvolvimento institucional e consolidação no quadro de expansão universitária nacional.

OBJETIVO: A pesquisa tem como objetivo principal analisar a configuração do esporte na política de assistência estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) entre os anos de 2013 e 2019, tendo como indicadores de análise a gestão e o financiamento.

MÉTODOS: Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, descritivo-analítica de abrangência exploratória. A definição da metodologia no âmbito técnico-instrumental empregou os procedimentos de revisão de literatura ou bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com gestores universitários.

RESULTADOS: A despeito da carência de dados e informações, observa-se a presença de um modelo de gestão dual, compartilhado entre representações discentes e uma estrutura organizacional ainda em fase de implementação. As fontes de financiamento se restringem a escassos recursos próprios destinados à participação em competições esportivas e ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

CONCLUSÃO: Finalmente, identificamos no âmbito da política de assistência estudantil ações esportivas que não se caracterizam como uma política sistematizada, as características presentes na gestão e financiamento demonstram a inconclusão desta institucionalidade e a concorrência com carências básicas para a permanência dos estudantes em vulnerabilidade social.

ABSTRACT

BACKGROUND: This article investigates sport within the student assistance policy of a recent Brazilian public university, observing the particularities inherent to its process of institutional development and consolidation within the framework of national university expansion.

OBJECTIVE: The main objective of the research is to analyze the configuration of sport in the student assistance policy of the Federal University of Western Bahia (UFOB) between the years 2013 to 2019, using management and financing as analysis indicators.

METHODS: This article is characterized as a qualitative, descriptive-analytical research of exploratory scope. The definition of the methodology in the technical-instrumental scope employed the procedures of literature or bibliographic review, documentary research, and semi-structured interviews with university administrators.

RESULTS: Despite the lack of data and information, the presence of a dual management model is observed, shared between student representations and an organizational structure still in the implementation phase. Funding sources are restricted to scarce own resources destined for participation in sports competitions and the National Student Assistance Plan (PNAES).

CONCLUSION: Finally, we identified within the scope of the student assistance policy sports actions that are not characterized as a systematized policy, the characteristics present in the management and financing demonstrate the inconclusiveness of this institutionalization and the competition with basic needs for the permanence of students in social vulnerability.

INTRODUÇÃO

Grandes personagens da história brasileira, como Florestan Fernandes, Paulo Freire, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, dedicaram sua vida e obra a demonstrar a importância da educação na transformação social e desenvolvimento nacional. Neste desígnio, as instituições de ensino superior (IES), em especial as Universidades públicas, tem um importante papel, garantindo uma formação cidadã e técnico-científica baseadas em princípios éticos e democráticos, produzindo e socializando conhecimento de alto nível em todas as áreas, fomentando o pensamento crítico, autônomo e criativo.

Todavia, o papel social acima demanda uma ampliação da oferta da educação superior pública com vistas à universalização do acesso. Casqueiro, Irffi e Silva (2020) localizam três períodos de expansão da universitária no Brasil: (i) de 1998 a 2002 o crescimento se circunscreveu ao aumento de vagas e cursos de nível superior dentro da rede presente; (ii) entre 2003 e 2006 a oferta ampliada ocorre juntamente com o movimento de interiorização e a criação de novas universidades federais ou dos *campi* universitários das instituições já existentes; e, (iii) em 2007 é instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), integrado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que apontava entre seus principais objetivos “garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior” (BRASIL, 2009, p. 3).

Ademais, a adoção de critérios de equidade e interiorização permitiram que o quadro de expansão da rede de educação superior pública no Brasil favorecesse regiões mais carentes desta oferta. A título de exemplo, entre 2003 e 2010, o país passou de 45 para 59 universidades federais, ampliação de 31%, e de 148 *campi* para 274, representando um crescimento de 85%. Destacamos, ainda, que no Nordeste o percentual de aumento das matrículas foi de 94% (BRASIL, 2015). É, neste contexto, que situamos a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)¹, localizada no município de Barreiras e originada a partir de um campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A região oeste da Bahia, onde se localiza a UFOB, pertencente ao bioma cerrado, que possui alta concentração de diversidade biológica em sua maior porção, com vestígios de Mata Atlântica e Caatinga nas zonas de transição. A região faz parte da bacia hidrográfica do rio São Francisco, que tem elevada contribuição histórica e econômica. Por estar inserida nas áreas de relevância ambiental, a UFOB assume seu compromisso socioambiental com a região.

As atividades acadêmicas são desenvolvidas em cinco *campi*, nos seguintes municípios: (i) Barra; (ii) Barreiras (sede); (iii) Bom Jesus da Lapa; (iv) Luís Eduardo Magalhães e (v) Santa Maria da Vitória. Cada campus conta com uma unidade acadêmica, denominada Centro Multidisciplinar (CM). A sede agrupa três unidades acadêmicas, a saber: a) Centro das Humanidades; b) Centro das Ciências Bio-

lógicas e da Saúde; e, c) Centro das Ciências Exatas e das Tecnologias.

Se por um lado a expansão universitária brasileira caminha na direção da ampliação do acesso a um direito fundamental e traz expectativas de desenvolvimento regional àquelas regiões e municípios contemplados, por outro lado, lança um conjunto de desafios. O primeiro conjunto é externo às Universidades e se refere à adequação dos locais às demandas por serviços públicos e privados advindas da migração impulsionada pela expansão e interiorização. O segundo conjunto interno ao ambiente universitário diz respeito aos custos mais elevados de manutenção de uma rede e infraestrutura ampliada e a construção de condições para permanência dos estudantes, especialmente aqueles oriundos de um contexto socioeconômico precário, onde localizamos a importância da política de assistência estudantil.

Partindo de uma concepção mais ampla acerca das necessidades inerentes à manutenção e convivência dos estudantes no ambiente universitário, algumas Universidades têm estruturado e executado sua proposta de esporte e lazer no interior da política de assistência estudantil. Caso, por exemplo, da UFOB, objeto de estudo deste texto. Barbosa (2017) destaca também a presença do esporte universitário na política de extensão ou na forma de atividades voluntárias ou iniciativa própria dos discentes.

Os primeiros registros sobre o esporte universitário brasileiro datam do início do século XIX, tendo como precursoras competições entre IES do eixo Rio-São Paulo, com registro para a primeira Olimpíada Universitária do Brasil em 1935 (CAMARGO; MEZZADRI, 2018; SOUZA; SILVA; SILVA, 2019). Desde então, a relação entre o esporte e o ambiente universitário têm se expandido significativamente no país. Este fato nos leva a corroborar com Ribeiro e Marin (2012) sobre a importância das Universidades como instância de formulação, execução e indução de ações vinculadas ao esporte e lazer.

No entanto, o crescimento do esporte universitário e sua institucionalização parecem não ser acompanhadas por uma maior presença no âmbito da produção de conhecimento. De acordo com Camargo e Mezzadri (2018), as produções científico-acadêmicas que tratam do assunto são ainda incipientes. Os autores destacam as contribuições de Starepravo (2006), Dantas Junior (2006; 2009) e Starepravo et al. (2010a), aos quais acrescentamos os estudos de Barbosa (2014), Barbosa (2017), Belato (2018) e Pereira e Silva (2019).

Este artigo tem como objetivo analisar a configuração do esporte na política de assistência estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) entre os anos de 2013 e 2019, tendo como indicadores de análise a gestão e o financiamento. Para alcance desta finalidade, além desta introdução, este texto é composto pelo delineamento metodológico, pela discussão dos resultados a partir dos indicadores de análise e nossas considerações finais.

MÉTODOS

O estudo que fundamenta este artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, descritivo-analítica de abrangência exploratória (GIL, 2019a) que, objetiva “assi-

¹ A Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), pessoa jurídica de direito público mantida pela União, criada pela Lei Nº 12.825, de 05 de junho de 2013, de estrutura multicampi, com sede e foro no município de Barreiras, no Estado da Bahia, é uma Autarquia com autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e financeira (artº 1º do Estatuto da UFOB). Disponível em: https://ufob.edu.br/a-ufob/instrumentos-normativos/Estatuto_UFOB.pdf Acesso em: 15/12/2022.

nalizar as causas e consequências do problema, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade” (TRIVIÑOS, 2008, p. 125).

A definição da metodologia no âmbito técnico-instrumental empregou os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Partimos do pressuposto de que a revisão de literatura promove o levantamento acerca do que já se conhece e as lacunas em relação ao assunto pesquisado (GIL, 2019b). Nesse sentido, priorizamos temas como: política universitária, assistência estudantil e esporte universitário. A revisão bibliográfica foi composta por referências vinculadas aos temas do esporte universitário, da política de expansão do ensino superior e de assistência estudantil.

O procedimento de pesquisa documental nos assegura ter informações válidas sobre o objeto de estudo, como também um grau maior de confiabilidade das informações da gestão e do financiamento das políticas esportivas da UFOB. Segundo Flick (2009, p. 235), “Nas instituições, os documentos são destinados ao registro das rotinas institucionais e, ao mesmo tempo, ao registro da informação necessária para legitimação da maneira como as coisas são feitas nessa rotina”.

Em função da natureza e conteúdo dos documentos coletados, podemos caracterizá-los como de fontes primária e secundária, uma vez que teremos documentos com e sem tratamento analítico prévio, quais sejam: a) Estatuto da UFOB; b) Relatórios de Gestão UFOB (2014 a 2019); c) Relatórios de Gestão UFBA (2013); d) Regimento Geral da UFOB; e) Proposta de Regimento Interno da Reitoria.

As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas como método de coleta de dados complementar e podem ser definidas como: “[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

As entrevistas foram realizadas com quatro sujeitos, selecionados intencionalmente, tendo como critério de inclusão a participação na promoção e gestão do esporte na UFOB de 2013 a 2019. Em razão do sigilo sobre a identidade dos entrevistados, estes foram sistematizados de acordo com uma escala alfabética aleatória. O roteiro de entrevista utilizado foi composto por doze questões, todas abertas, sendo quatro para tratar da formação acadêmica e atribuições dos entrevistados, seis para abordar o financiamento, a gestão e infraestrutura do esporte no âmbito da UFOB e duas sobre as características do esporte dentro da política de assistência estudantil. As entrevistas foram realizadas presencialmente e as gravações tiveram a duração aproximada de trinta minutos.

Considerando o grau de estruturação, é possível caracterizar as entrevistas como “por pautas”, que, segundo Gil (2019b), apresentam certo grau de estruturação, e se orientam por pontos de convergência explorados pelo entrevistador, que realiza poucas perguntas diretas e possibilita ao entrevistado uma fala mais livre a partir das pautas assinaladas.

As entrevistas ocorreram entre os meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023 como uma estratégia alternativa para preencher as lacunas das fontes documentais. Em função do adiamento no uso deste procedimento metodológico, não foi possível submeter o projeto e sua metodologia à apreciação do Comitê de Ética da Universidade de Brasília. Entretanto, vale mencionar que como forma de minimizar os riscos éticos da pesquisa, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), atendendo, assim, aos requisitos da Resolução CNS n.º 510, de 07 de abril de 2016, sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Para tratamento do material documental e das entrevistas utilizou-se como referência parte da proposta de análise de conteúdo de Bardin (2016) e Franco (2018), que se caracteriza por delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem, seja ela textual, verbal, silenciosa ou simbólica. A parcela utilizada desta técnica correspondeu às etapas de pré-análise para organização inicial do material e de exploração do conteúdo pela leitura integral e processo de codificação semântica de unidades de registro temáticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gestão e Administração do Esporte Universitário na UFOB

A estruturação da gestão dos serviços públicos federais de educação apresenta diversos desafios, principalmente quando se trata da criação de uma Universidade. Desde a construção de sua administração deve levar em consideração as especificidades e particularidades locais e regionais diagnosticadas antes da implantação, garantindo que a nova IES atenda de forma eficiente e produtiva seu território.

Compete recordarmos que, no caso específico deste estudo, a UFOB foi construída a partir de um campus da UFBA, instituição consolidada no cenário universitário brasileiro. Portanto, além das novas características e especificidades regionais, a UFOB incorpora desde sua origem a tarefa de considerar atributos inerentes à gestão de sua Universidade tutora. A título de exemplo, inicialmente o corpo administrativo e docente da UFOB é composto por ex-funcionários da UFBA, que carregam consigo uma cultura organizacional cristalizada em processos internos, além de crenças e atitudes.

Outro exemplo, diz respeito ao próprio esporte desenvolvido na UFOB como herdeiro das ações construídas pela UFBA em seu campus em Barreiras. Introdutoriamente, é possível afirmarmos que essas práticas esportivas hereditárias da UFBA decorrem de uma política esportiva universitária já consolidada, fomentada por recursos próprios e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Outro fator a ser destacado é que o corpo discente advindo da UFBA participou ativamente para a manutenção da cultura esportiva dentro da UFOB. O protagonismo estudantil no esporte universitário é um registro histórico. Segundo Starepravo (2006) e Barbosa (2017), estudantes que representavam a sociedade desenvolveram o esporte universitário em universidades em todo o mundo.

O esporte na UFOB utiliza como parâmetro a estrutura hierárquica e piramidal, consagrada na década de 1980 na formação de atletas (GALATTI et al. 2018), mas que segundo estes autores passa por reformulações dentro das tendências do esporte contemporâneo. Portanto, identificamos o compartilhamento da mesma estrutura organizacional de outros esportes representativos, inicialmente organizado pelo Estado e posteriormente atribuído às entidades representativas do esporte de rendimento, que passam a organizá-lo e realizar sua gestão (Figura 1).

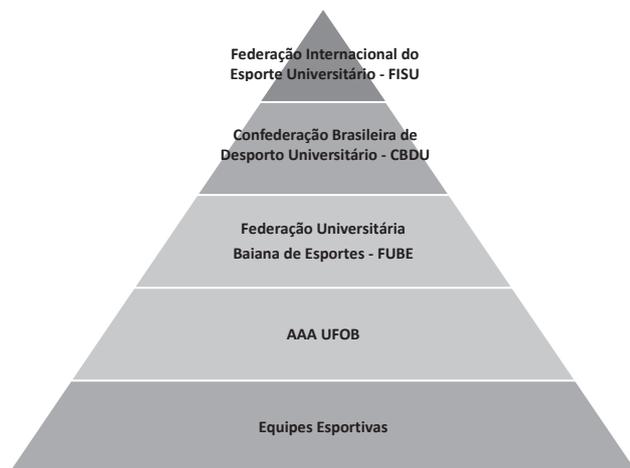


Figura 1. Estrutura do esporte de representação na UFOB.

A Figura 1 permite percebermos que existe uma hierarquização da estrutura do esporte de representação/rendimento, respeitada pelas representações da UFOB. No ápice da pirâmide está a Federação Internacional de Esporte Universitário – FISU como representante internacional, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU, a nível nacional, a Federação Universitária Baiana de Esportes – FUBE, como representante estadual, as Associações Atlético Acadêmica da Universidade Federal do Oeste da Bahia - AAAUFOB, ou Atlético da UFOB e as Equipes Esportivas são a representação institucional de cada modalidade esportiva.

No entanto, é importante atentarmos que para além da estrutura esportiva, por se situar no âmbito de uma Universidade, a política esportiva da UFOB deve interagir e respeitar as políticas e normativos gerais, que regulamentam o funcionamento das universidades brasileiras. Conforme destaca Marin et al. (2009), essa particularidade enseja que as atividades esportivas e iniciativas correlatas no âmbito das universidades estejam vinculadas a planos de ação extensionistas e/ou programas de assistência estudantil, característica presente no âmbito da UFOB. Ademais, é importante destacarmos que a extensão, no âmbito da Universidade pública, não se limita a uma mera prestação de serviço, mas constitui também um tempo e espaço dentro do processo educativo, alinhando às atividades de ensino e pesquisa (PAIVA; MARCELLINO apud SOUZA; SILVA; SILVA, 2019).

Os discentes, representados pelo movimento estudantil e pelas AAA, tiveram a iniciativa de construir as primeiras ações e estimular a prática esportiva na UFOB. As AAA se mostraram uma forte parceria da gestão, propiciou um aumento significativo das práticas de esporte na universidade e na comunidade externa, bem como também forneceu atletas para representação nas modalidades esportivas da universidade. Tais características corroboram os achados de Pereira e Silva (2019), ao estudarem o papel destas entidades nas universidades federais de Minas Gerais.

Logo, observamos que a gestão de esporte da UFOB caracteriza-se pela presença, em paralelo, de duas formas de organizações do esporte que convergem entre si, sendo uma da própria instituição e outra dos estudantes. Essa dupla gestão nos conduz às reflexões de Barbosa (2014), de que o esporte universitário no Brasil oportuniza pensarmos o significado da cooperação entre os dois tipos de dirigentes universitários existentes atualmente: o Gestor Discente (GD), formado pelos indivíduos responsáveis pelo planejamento e execução de ações específicas, e o Gestor Institucional (GI), que se configura como um profissional de conhecimento especializado contratado pela instituição para supervisionar este departamento.

Esses dois gestores, o GD e o GI, juntos conseguem construir e fomentar as práticas esportivas na universidade, ampliando cada vez mais sua abrangência e incluído todas as suas dimensões, conforme citado por um dos gestores entrevistados.

Outra coisa, quando eu participo dos eventos, também eu levo, é a referência das atléticas que tem aqui. Porque assim, movimentou muito, não só o UFOB, mas a própria cidade. E é uma marca muito interessante. Hoje, você vê a Venenosa que é medicina, por exemplo, é uma Família. Então, assim, fica muito caracterizado e traz muito essa questão mesmo da aproximação dos estudantes. Assim, a atlética é uma associação que envolve bastante. [...] Então, é muito interessante o papel que as atléticas desenvolvem, e ajudam demais no fomento do esporte. Você acredita que isso das atléticas se deu uma melhora. Inclusive, eu acho que as atléticas deveriam ser mais incentivadas na universidade. Porque elas assumem um papel importantíssimo, elas têm um nível de organização que é um negócio louco. Na época, era muito maior que o nosso, por exemplo, no desenvolvimento esportivo, era muito maior que o nosso. Então ajudava muito, ajudava demais ao desenvolvimento da prática esportiva. E por isso eu acho que deveria ter um papel mais bem amarrado dentro da estrutura da universidade. Eu confesso que eu não fazia nem ideia do que era a atlética, porque não é da nossa cultura, aqui das universidades nordestinas. [...] Então, desde 2018 e 2019, as atléticas ajudaram na gestão, deram o maior apoio. Aí as demandas espontâneas que os estudantes apresentavam tentávamos viabilizar. Mas especificamente até os editais se conseguiu fomentar pela falta de recurso para área. (Gestor B).

Não obstante as contradições políticas e sociais que marcam a relação entre o movimento estudantil e a expansão do esporte no âmbito universitário, é possível afirmar que as ações e articulações dos alunos da UFOB em prol do esporte espelham o que ocorreu no desenvolvimento do esporte universitário no Brasil e no mundo, onde os alunos iniciaram todo o processo de desenvolvimento e construção da política esportiva universitária, conforme aponta o estudo de Borges e Buonicore (2007) e Barbosa (2017). Conquanto, numa conjuntura mais hodierna, Sta-

repravo et al. (2010a) sinalizam para a ausência das IES e dos estudantes na interlocução com o “campo esportivo”.

Especificamente na UFOB pode se observar a presença das duas formas de organização do esporte na administração das universidades brasileiras, descritas por Da Costa (2006), que se referem aos departamentos de esporte e AAA. Neste âmbito nacional, é possível identificarmos a existência de IES que institucionalizaram o esporte e o incluíram em seus planos estratégicos, assumindo a representação em competições oficiais, ao passo que outras instituições carecem desta institucionalidade e abdicam da responsabilidade pela organização do esporte, transferindo para as representações discentes.

No caso da UFOB, devido a entraves burocráticos e a uma forma inédita de gestão do esporte universitário, que não era adotada por sua Universidade tutora, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) não foi totalmente construída e fortalecida ao longo da execução desta atribuição. Trata-se de um entre outros desafios que podem ser vistos como parte necessária do desenvolvimento da administração de uma universidade nova. No que diz respeito ao esporte universitário, percebe-se que a alta administração da instituição apoiou sua inclusão, mas devido à falta de infraestrutura que se estende a apenas um campus de uma universidade federal, houve uma série de obstáculos a serem superados, incluindo o financiamento desta política.

Financiamento do esporte universitário na UFOB

No caso específico da análise do financiamento do esporte universitário de que trata este artigo focalizamos as fontes de recurso advindas do Ministério da Educação, via Lei Orçamentária Anual (LOA). Em que pese certa controvérsia sobre o “lugar” do esporte universitário e sua crise de identidade, apontada por Starepravo et al. (2010b), enquanto uma manifestação esportiva de alto rendimento ou educacional, aqui adotaremos este último entendimento, o que justifica a escolha por trabalharmos com fonte de recursos advindas do órgão gestor da educação nacional e não considerarmos possíveis fontes diretamente ligadas ao setor esportivo. Cabe destacar que também não localizamos no âmbito da UFOB a presença de programas esportivos financiados por meio de captação de recursos federais de outros setores, cenário semelhante ao apontado por Souza, Silva e Silva (2019). Ademais, os percentuais de recursos advindos da Lei Federal nº 10.264/2001 ficam sob a gestão das entidades de administração do esporte universitário, sendo investidos na organização de competições.

Para encontrarmos os dados sobre financiamento do esporte na UFOB, examinamos os relatórios de gestão e documentos disponibilizados pelo repositório da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN). Olhamos especificamente para os documentos da UFOB de 2014 a 2019, pelo fato de terem iniciado suas atividades em 2014 com sua inserção na LOA, alcançando sua autonomia financeira para produzir um orçamento operacional de pouco mais de R\$ 47 milhões, enquanto ainda contava com o apoio da universidade tutora (Relatório de Gestão – UFOB, 2014).

Cabe frisar que, em 2013, primeiro ano da UFOB, suas ações foram financiadas com recursos da UFBA, uma vez

que a Universidade não tinha previsão financeira ou total autonomia sobre sua gestão. Naquele ano, recursos para o esporte se restringiram aos custos de participação de estudantes em competições universitárias estaduais e nacionais para representar a UFOB. A utilização dos recursos foi viabilizada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e de recursos próprios, que eram geridos pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE).

Para compreendermos melhor a organização dos recursos específicos para o esporte na UFOB, recorremos ao depoimento dos gestores, que informaram:

Não teve. Todo recurso da assistência estudantil, ele era aplicado sempre para concessão de pecúnias, na forma de bolsas. Não havia uma separação de qual era a destinação. No momento em que nós realizamos algumas ações, essas ações vinham dessas demandas que surgiam, que eram levadas a conhecimento da pró-reitoria, principalmente de extensão, onde estava a pasta do esporte. Então, era a partir desse levantamento prévio que foram feitos os primeiros investimentos. Com relação, por exemplo, à demanda que a própria comunidade, em geral, levantava essas demandas, eram apresentadas, mas na grande maioria dos casos havia uma limitação pelo fato de você já ter realizado a destinação do orçamento antes do surgimento daquela demanda. (Gestor C).

Então o recurso que era utilizado era de custeio, da universidade, através de projetos. Mas dentro do PNAES existe uma área que também não era dividida, o estudante que tomava a decisão, o estudante que era beneficiado tomava a decisão se ia utilizar na política esportiva. Isso, na verdade, assim, são dez metas, mas dada a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos nossos estudantes, geralmente a maior parte desse recurso era gasto com alimentação. Alimentação, esporte não era, na verdade. Houve, mas, entre comer e praticar, para ter prática esportiva, era se alimentar. Então não era dividido, não era estruturado como vocês pretendem em 2019 colocar no PDI, você contribuiu também para isso, subdividir. Então não existia recurso direto e o montante também que tinha era de custeio ou então da política nacional de assistência estudantil ou que era o estudante que decidia. (Gestor D).

Segundo os gestores, para existir uma destinação dos recursos na UFOB para o esporte, primeiramente teria que existir uma política de esporte implantada na universidade. Assim, diante de tantas demandas o esporte naquele momento não foi priorizado como deveria ser, sendo que a falta de recursos foi também determinante para o direcionamento para outras áreas mais necessitadas, especificamente a área de infraestrutura e contratação de pessoal.

Outra argumentação descrita pelos gestores foi que para conseguir algum material esportivo para fomento da prática esportiva, era preciso provisionar para o ano seguinte, para tentar a possibilidade de aquisição. Através disso houve a aquisição de diversos materiais que foram distribuídos nos campi para a prática esportiva.

Conforme descrito nas palavras do Gestor D, embora soubesse do atendimento do esporte dentro das nove áreas do PNAES (I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico), a gestão da UFOB não conseguiu viabilizar a destinação do recurso para esse fim, seja por uma ausência de

orientação política do PNAES nesta direção, seja por uma organização não adequada naquele momento. Portanto, nos parece que o financiamento por meio da política de assistência estudantil da UFOB, acabou reproduzindo característica presente quando o esporte se situa na política de extensão e fica à mercê da vontade política da atual administração para destinação da verba aos projetos do setor esportivo, conforme apontou Barbosa (2017).

Após análise do financiamento do esporte na UFOB, notamos que ele ocorreu de duas maneiras, a primeira através de recursos próprios de custeio que fomentou algumas práticas esportivas. A segunda forma é com recursos da assistência estudantil, principalmente advindos do PNAES, apesar dos registros documentais não detalharem este uso de forma muito clara.

Outro fator de relevância a ser considerado nessa análise é a não vinculação direta das receitas às áreas dos recursos da assistência estudantil. Em outras palavras, os recursos eram repassados por meio de bolsas para o estudante, que decidia em qual área aplicaria. Pela fala dos gestores é possível visualizar essa discricionariedade.

O repasse na forma de pecúnia para os estudantes justifica parcialmente a não descrição nos documentos oficiais do financiamento de atividades esportivas discentes. As repostas dos gestores possibilitam inferirmos que as diversas ações de esporte materializadas na UFOB tiveram execução em função da mobilização estudantil, principalmente dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, envolvidos em um processo complicado de implantação de uma nova universidade em fase de consolidação.

Ao observarmos os recursos do PNAES gerenciado pela UFOB de 2015 a 2019, uma primeira característica diz respeito a ausência de uma divisão pormenorizada das funções ou áreas. A título de exemplo, uma única função abrange oito áreas, a saber: moradia, estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e creche. A dificuldade engendrada pela não discriminação do direcionamento é agudizada pelo formato de repasse, que ocorre por meio de bolsa paga diretamente aos estudantes, e, ao mesmo tempo, impossibilita mensurarmos a representatividade do esporte dentro do financiamento do PNAES. Barbosa 2017, entre suas propostas de curto prazo e definitiva para as fontes de recursos financeiros, propõe a vinculação de 5% do PNAES para ações esportivas, percentual semelhante àquele previsto na Lei Federal nº 10.264/2001 para o esporte universitário.

Os desafios para uma identificação e avaliação pormenorizada dos recursos do PNAES amplia-se, pois, uma mesma área como alimentação, por exemplo, aparece em distintas funções e ações, sendo uma dedicada aos recursos destinados ao pagamento das refeições dos estudantes em vulnerabilidade na sede de Barreiras e outra para custeamento de bolsas para alimentação nos campi de Barra, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Luís Eduardo Magalhães.

Em contrapartida, em uma avaliação mais abrangente, é possível afirmarmos que os recursos do PNAES de 2015 a 2019 revelam uma tendência de democratização e mitigação de imperfeições na rede federal de ensino superior, sendo utilizados nas áreas de abrangência do programa. A UFOB priorizou estas áreas e, mais especificamente, o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação e apoio pedagógico.

Logo, percebemos que na UFOB a política de assistência estudantil – e, por conseguinte, o esporte universitário – foram financiados com recursos repassados no formato de bolsa, modelo igualmente presente no estudo de Barbosa (2017) e Belato (2018). No entanto, enquanto no estudo dos autores as bolsas tinham uma finalidade específica de atender aos estudantes/atletas e o mérito esportivo, por meio de um programa exclusivo para esta finalidade, no caso da UFOB a bolsa do PNAES pode servir a diferentes finalidades a depender das escolhas ou necessidades do estudante. Nesse sentido, não podemos esquecer que os estudantes atendidos pelo PNAES estão em vulnerabilidade social e os recursos podem ser direcionados a outras áreas de maior urgência para garantir a permanência na universidade.

Entretanto, quando observamos que mesmo diante de carências significativas, ocorreu uma escolha dos discentes por investir no esporte, novamente chegamos à conclusão de que eles tiveram um papel fundamental em tudo que foi desenvolvido no âmbito esportivo da UFOB de 2013 a 2019, pois a maioria das iniciativas teve o protagonismo do corpo discente, confirmando características presentes na história do esporte universitário brasileiro (BORGES; BUONICORE, 2007; BARBOSA, 2017).

CONCLUSÃO

A primeira conclusão que a análise da gestão e do financiamento do esporte no âmbito da política de assistência estudantil da UFOB nos permite apontar é a, ainda, escassez de dados e informações que nos obrigaram a buscar informações complementares no diálogo com os gestores. Possivelmente, essa característica decorre das limitações inerentes a um processo de estruturação recente e incompleto.

Em relação à gestão da política de esporte destacamos o protagonismo discente, sobretudo na presença das AAA da UFOB. Essa participação é tão significativa que nos permite identificar a interação e convivência entre uma gestão estudantil e outra institucional da política esportiva dentro da universidade. Ao mesmo tempo, a frágil institucionalidade do esporte na UFOB não nos permite afirmar a existência de uma política esportiva institucional, elemento a ser construído no âmbito da política de assistência estudantil.

No caso do financiamento, a ausência de dados desagregados inviabiliza compreendermos o montante e, portanto, a representatividade do esporte na UFOB e, mais especificamente, no PNAES e na assistência estudantil da universidade. A princípio, a UFOB adota um modelo de repasse comum a outras universidades com a transferência de recurso direto ao estudante no formato de bolsa, que precisa ser administrada diante de um cenário de vulnerabilidade e demandas sociais. Finalmente, destacamos ainda a ausência de programas e projetos esportivos financiados por meio de captação de recursos federais para além do setor educacional.

Ao elencarmos como objeto o esporte no interior da política de assistência estudantil da UFOB, dentro de um

recorte temporal que abrange uma gestão *pro tempore* de 2013 a 2019, almejamos contribuir com as incipientes pesquisas das políticas de esporte universitário, nomeadamente nas novas universidades públicas criadas pelo REUNI. Todavia, o fato deste processo de expansão universitária brasileira ser recente e ter sido comprometido pela ruptura institucional e a presença de um governo ultraliberal e averso ao conhecimento e a ciência, comprometem o acesso a dados mais sistematizados e, portanto, análises mais adensadas.

Nesse sentido, reforçamos a necessidade de estudos futuros que aprofundem os seguintes aspectos: a função social e o lugar do esporte no âmbito da política de assistência estudantil; a gestão do esporte em universidades oriundas do processo de interiorização do ensino superior e constituídas na engenharia multicampi; as experiências de gestão compartilhada entre representações estudantis e a estrutura organizacional do esporte universitário; e, o direcionamento dos gastos do PNAES com ações no campo do esporte e lazer.

Finalmente, considerando as mudanças recentes no cenário político nacional, enfatizamos a importância de estudos como os desenvolvidos neste texto. Isso porque, a união e reconstrução deste país passará sem dúvida por reafirmar o papel precípua da educação neste desígnio, com a retomada de investimentos na expansão, manutenção e qualificação da rede pública de educação superior norteadas pelos princípios de equidade, justiça social e universalidade.

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores do estudo declaram não haver conflito de interesses.

FINANCIAMENTO

Este estudo não teve apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, C. G. *Liderança na gestão do esporte universitário: proposta da criação de uma rede de dados*. 2017. 117f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/108687> Acesso em: 12/04/2023.
- BARBOSA, C. G. *A gestão pública do esporte universitário brasileiro: a bola não deve entrar por acaso*. 2016. 97f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151837> Acesso em: 27/02/2023.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BELATO, A. K. de M. S. *Um estudo sobre a política de esporte universitário na Universidade de Brasília – UnB (2009-2016)*. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/33998> Acesso em: 12/04/2023.
- BORGES, E. de C.; BUONICORE, A. C. *Memória do esporte educacional brasileiro: breve história dos jogos universitários e escolares*. São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais REUNI 2008 - *Relatório de primeiro ano reestruturação e expansão das Universidades Federais*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2009-pdf/2069-reuni-relatorio-pdf> Acesso em: 27/02/2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 - 2014*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192 Acesso em: 27/02/2023.
- CAMARGO, P. R. de; MEZZADRI, F. M. A organização e configuração do esporte universitário no Brasil (1940-1980). *Motrivência*, v. 30, n. 53, p. 52-68, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n53p52>
- CASQUEIRO, M. L.; IRFFI, G.; SILVA, C. da C. da. A expansão das universidades federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 25, n. 1, p. 155-77, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100009>
- DA COSTA, L. C. *Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do estado no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- DANTAS JUNIOR, H. S. Jogos da primavera do estado de Sergipe: a iniciação da esportivização espetacularizada (1964-1967). In: *Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil*, 7, Unicamp, 2006. *Anais...* Campinas: Histedbr, 2006.
- DANTAS JUNIOR, H. S. A “esportivização” da escola na sociedade do espetáculo: o caso dos Jogos da Primavera em Sergipe (1964-1995). *Revista HISTEDBR*, n. 35, p. 108-25, 2009. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i35.8639617>
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANCO, M. L. P. B. *Análise de conteúdo*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.
- GALATTI, L. R.; PAES, R. R.; COLLET, C.; SEOANE, A. M. Esporte contemporâneo: perspectivas para a compreensão do fenômeno. *Corpoconsciência*, v. 22, n. 3, p. 115-27, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/6444/4991>
- GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019a.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019b.
- PEREIRA, B. de A.; SILVA, L. P. da. Políticas de esporte e lazer nas universidades federais de Minas Gerais: um olhar sobre as associações atléticas acadêmicas. *Licere*, v. 22, n. 4, p. 95-136, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.16263>
- RIBEIRO, G.; MARIN, E. Universidades públicas e as políticas de esporte e lazer. *Licere*, v. 15, n. 3, p. 1-39, 2012. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2012.711>
- SOUZA, L. C. de L.; SILVA, M. M. e; SILVA, J. V. P. da. Política de esporte universitário em uma instituição pública de ensino superior de Mato Grosso do Sul. *Motrivência*, v. 31, n. 60, p. 1-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e59874>
- STAREPRAVO, F. A. *O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público*. 2006. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal Paraná, Curitiba, 2006.
- STAREPRAVO, F. A.; REIS, L. J. de A.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JÚNIOR, W. Esporte Universitário Brasileiro: Uma Leitura a partir de suas Relações com o Estado. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 31, n. 3, p. 131-48, 2010a. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892010000300009>
- STAREPRAVO, F. A.; REIS, L. J. de A.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JÚNIOR, W. O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. *Esporte e Sociedade*, v. 5, n. 14, p. 1-23, 2010b. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/download/48330/28039> Acesso em: 12/04/2023.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. São Paulo: Atlas, 2008.
- UF0B. Universidade Federal do Oeste da Bahia. *Relatório de Gestão 2014*. Barreiras, Bahia: 2015. Disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-2014.pdf> Acesso em: 27/02/2023.

E-MAIL DOS AUTORES

Pablo Rogério da Silva Vieira (Autor Correspondente)

✉ pablovieiraedfisica@gmail.com

Pedro Fernando Avalone Athayde

✉ pedroavalone@gmail.com